

ÓRGÃO DA COMISSÃO  
EXECUTIVA NACIONAL DO PT



# BOLETIM NACIONAL

Nº 81 - 2ª quinzena de Janeiro/94 - CR\$ 300,00



## "Revisão com ladrão, não!"

O DN tira as conclusões da CPI que acabou em pizza e orienta a bancada a manter a obstrução. Leia a íntegra da resolução nas páginas 4 e 5

### CAMPANHA 94

Eleita a  
coordenação e  
definidas as  
comissões de  
trabalho  
Página 3

### FHC-2

Plano eleitoral  
Página 2

### PROGRAMA DE GOVERNO

A discussão dos  
pontos polêmicos  
no DN  
Página 4

### INTERNACIONAL

Carta a Fidel  
Página 6

## Polêmica

A entrevista concedida por Cesar Benjamim à Folha de S. Paulo de 3/1/94 não expressa exatamente nem a posição das instâncias partidárias nem o sentimento predominante na militância petista acerca das Forças Armadas. Na verdade, as propostas evidenciadas por Cesar na referida entrevista constam do documento "Política de Defesa e Forças Armadas" encaminhado em dezembro de 93 pelo subgrupo da Comissão à Coordenação do Programa de Governo. É estranho que tais propostas tenham vindo à luz antes mesmo da sua incorporação no Projeto de Programa de Governo, encaminhado ao Diretório Nacional de 22 e 23 de janeiro de 94. Mais estranho, porém, foi a forma como propostas polêmicas foram divulgadas. É o caso, por exemplo, da participação militar no PIB, a qual, segundo a entrevista, seria quadruplicada. A proposta original diz: "A programação orçamentária poderá ser vinculada a um percentual do PIB. Atualmente a participação militar no PIB é da ordem de 0,5%. Ela poderá aumentar progressivamente, em cinco anos, até o limite de 2,0%, incluída a P e D militar. Na realidade, se o PIB voltar a crescer, essa participação deverá também crescer em valores absolutos". Já a entrevista dá a impressão de que o

limite máximo estabelecido pela proposta original é uma determinação programática do PT.

Sem falar em outros temas, extremamente polêmicos, da entrevista como "o apoio ao programa de tecnologia nuclear" (sem o esclarecimento de que o controle de tal programa deve ficar necessariamente em mãos civis) — o "tom geral" passa uma idéia de aqodamento pragmático, inadequado para um partido que vai governar o Brasil, principalmente vindo de um dos coordenadores do seu Programa de Governo.

Augusto de Franco  
secretário de Ecologia do PT

## Impunidade

O inquérito policial que apurava o assassinato do biólogo Paulo Vinha (assassinado em 28 de abril de 93) apontou como acusados os irmãos Ailton Barbosa Queiroz e José Barbosa Queiroz.

O juiz, Dr. Fernando Pinaud, sentenciou-os a juri popular. Apesar da sentença de pronúncia, no dia 31 de dezembro de 93, o juiz decretou a liberdade dos criminosos até o juri popular. Essa decisão judicial escancara as portas da impunidade pois os réus já demonstraram a ameaça que representam para as testemunhas que podem vir a depor no julgamento.

O Comitê Paulo Vinha e demais entidades, entendendo que mais este crime não pode ficar impune em nosso Estado e em nosso país, solicita às entidades sindicais, populares e partidos, o envio de telegramas ao juiz da 2ª Vara de Guarapari contra o relaxamento da prisão dos réus e contra a impunidade.

Exmº Sr. Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Guarapari, Dr. Fernando Pinaud — Forum de Guarapari - ES — CEP 29200-000  
**Exemplo:** Fere clamor popular, violando princípios de segurança pública, liberdade assassinos biólogo Paulo Vinha. Urgência manutenção dos réus presos e marcação data do juri popular

Comitê Paulo Vinha  
Rua Antonio Aguirre, 137  
29016-020 - Vitória - ES  
fone (027) 222.1345  
fax (027) 322.4688

## EDITORIAL

## FHC-2: manipulação eleitoreira

Passados alguns meses do anúncio do novo plano econômico do Governo Federal, confirmam-se as avaliações feitas por este Diretório em reuniões anteriores. Desvinculado de um projeto nacional abrangente, que relance em novas bases um ciclo de desenvolvimento sustentado, o plano se esgota num exercício de racionalidade formal, totalmente incapaz de atingir as causas centrais da crise brasileira. O setor financeiro permanece virtualmente intocado em suas fontes de ganhos especulativos, recaindo — como das vezes anteriores — todo o peso do ajuste sobre os assalariados e o setor público. Com as receitas indexadas em UFIR e as despesas avaliadas em cruzeiros, o orçamento federal não se presta a nenhum planejamento sério, embutindo na prática, cartas dramáticas e desordenadas de gastos sociais e de investimentos. O Banco Central continua sem cumprir suas funções fundamentais, especialmente a defesa da moeda nacional, rolando a dívida interna a prazos curtíssimos, numa política monetária perversa (por privilégios ganhos extraordinários aos detentores de riqueza líquida) e, impotente para controlar a liquidez.

Os oligopólios continuam com remarcações predatórias, toleradas por uma política de liberalização radical dos preços. E a alardeada solidez das contas cambiais do país é em larga medida ilusória, pois fabricada pela atração de capitais especulativos, que só investem no curto, atraídos por taxas de juros anômalas e pela transformação das bolsas de valores em grandes cassinos.

Os primeiros resultados do plano estão aí, num novo ciclo de acelerada concentração de renda, causado pela renovação desenfreada de preços, com perdas enormes nos salários reais.

Se não houver resistência dos trabalhadores e das forças progressistas, tais perdas serão

consagradas e cristalizadas quando da transição de salários e preços para a URV, já que os primeiros serão mais uma vez convertidos pela média e os segundos não estão sujeitos a nenhum controle eficaz.

Tudo indica que o povo brasileiro está diante de uma nova manipulação eleitoreira, pois nesse contexto uma eventual queda dos índices de inflação, medidos em URV, não se traduzirá em distribuição de renda, melhora de qualidade de vida, estabilização duradoura ou retomada de um crescimento sustentado.

É bom ressaltar que integram o Plano uma série de emendas constitucionais claramente privatistas e inspiradas pelo FMI.

Neste sentido, nossas posições poderiam ser definidas da seguinte maneira:

1. Basta de arremedos e remendos. O Brasil precisa de uma grande transformação.

2. O PT é globalmente contrário ao Plano FHC.

3. O PT denuncia o caráter eleitoral do Plano e o caráter econômico, que mantém o *status quo*.

4. O PT reunirá economistas do Partido para elaborar um documento analítico e crítico de combate global ao Plano.

5. O PT contrapõe ao Plano — além desse documento a ser elaborado — o seu Programa de Governo 94, em fase de discussão.

6. O PT estará presente, com participação ativa, nas manifestações populares e sindicais contra os efeitos condenáveis do Plano.

7. No Congresso Nacional o PT deve expressar sua posição contrária ao Plano em intervenções e na votação contrária às medidas propostas. Uma eventual afinidade a alguma medida proposta pelo governo não deve anular nossa oposição global e sistemática ao Plano.

Cesar Benjamin  
membro do Diretório  
Nacional do PT

BOLETIM NACIONAL

Janeiro/94  
2ª quinzena Nº 81

O Boletim Nacional é uma publicação quinzenal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores  
Rua Conselheiro Nébias, 1052  
CEP 01203-002 - São Paulo/SP  
Fones (011) 223.7999/7904  
Fax: (011) 222.9665

Secretário de Comunicação  
Markus Sokol

Secretário Adjunto  
José Américo Dias

Jornalista Responsável  
Marisa Lourenço MTb 18.321

Editoração Eletrônica  
William Aguiar

Assinaturas/Expedição  
Ronney Lopes

Impressão  
Central Print

# Temos Coordenação Eleitoral

O Diretório Nacional tomou as medidas necessárias para deflagrar a campanha eleitoral. Uma primeira resolução foi eleger a coordenação da campanha, inicialmente com 13 membros, e levantar a formação de 9 Comissões de Trabalho (ver quadro) que comportariam ainda sub-comissões. Faltando ainda alguns ajustes na atribuição de funções como Finanças e Agenda, a Coordenação se reúne imediatamente neste dia 29 para encarar o planejamento da campanha. Já está definido que nesta fase Lula seria o coordenador de fato da campanha, trabalhando mais estreitamente com os três vice-presidentes do PT — Rui Falcão, Aloísio Mercadante e Luiz

Eduardo Greenhalgh — dos quais Paulo Vanuchi faria um tipo de secretaria. Alguns nomes que já estão fixados para as Comissões de Trabalho são Marco Aurélio Garcia, para Programa de Governo; Luiz Eduardo, para Jurídico; Ricardo Kotscho e Markus Sokol, para Comunicação; Paulo Okamoto, para Infra-estrutura, e Vanuchi na pesquisa.

## Nos estados

Houve ainda um debate longo sobre a situação da campanha em vários estados, em particular sobre a política de alianças no que toca às coligações eleitorais e a definição dos cabeças de chapa estaduais, que podem não ser do

PT necessariamente.

A imprensa quis fazer crer que havia sido revogada a resolução do 8º Encontro que estabelece a “impossibilidade de alianças em nível estadual, desvinculadas à candidatura Lula”. Embora exista quem defenda esta posição, tal não foi a posição adotada pelo Diretório, como se pode ver no próprio comunicado apresentado à imprensa (abaixo).

No caso de Santa Catarina, por exemplo, onde Lula deverá comparecer ao lançamento de Jaison Barreto, do PSDB, ao Governo do Estado por uma coligação que inclui o PT. O deputado Vilson Santin, membro do DN, explicou que Jaison apóia Lula no 1º turno.

## Os treze nomes

Rui Falcão  
Aloísio Mercadante  
Luiz Eduardo Greenhalgh  
Gilberto Carvalho  
Tatau Godinho  
Marco Aurélio Garcia  
Jorge Almeida  
Hamilton Pereira  
Lauro Marcondes  
Markus Sokol  
Oded Grajew  
Paulo Okamoto  
Paulo Vanuchi

## As alianças nos Estados

### (decisões comunicadas à imprensa)

1. Abrir o debate público sobre o Programa de Governo;
2. Deflagrar a instalação de milhares de comitês Pró-Lula em todo o País. Os comitês populares são amplos e multipartidários;
3. Prosseguir as conversações

sobre alianças eleitorais em estados como MT, SC e RO;

4. Jogar peso nas candidaturas já definidas (SP, RS, ES);
5. A Executiva vai acompanhar de perto os Estados ainda não definidos (MG e Paraná).

## As comissões de trabalho

1. Finanças.
2. Comunicação e Propaganda. Assessoria de Imprensa; Televisão; Rádio; Publicidade.
3. Organização e Mobilização. Comitês Pró-Lula; Eventos; Setores Sociais: sindical, estudantil, empresários, intelectuais, igrejas, artistas, mulheres, negros etc.
4. Programa de Governo.
5. Análise e Pesquisa. Acompanhamento da conjuntura; avaliação de

pesquisas; informações.

6. Jurídico. Ações judiciais; direito de resposta; rádio e TV escuta.
7. Infra-estrutura. Sedes, equipamentos, motorização etc; transporte aéreo, terrestre etc; segurança; logística geral de campanha; logística do candidato
8. Articulação com Campanhas Estaduais.
9. Agenda.

## CHINA

### DN aceita convite do governo

Logo após o massacre de estudantes na Praça da Paz Celestial, em Pequim, em 1989, o Sexto Encontro do Partido dos Trabalhadores, aprovou resolução criticando duramente a repressão realizada pelo governo chinês. Decidiu ao mesmo tempo romper relações com o PCC.

(...) Esta decisão impediu que as forças de direita no Brasil tentassem, durante a campanha presidencial, confundir a opinião pública sobre nossa concepção de socialismo.

(...) Mais recentemente, a direção do PT e seu presidente, em

particular, receberam vários convites para que Lula e uma delegação do PT visitem a China. Estes convites partiram do governo chinês, dos sindicatos e de empresários vinculados ao comércio sino-brasileiro.

A proximidade das eleições presidenciais e o debate programático que hoje se trava dentro do partido trouxe à tona questões referentes as futuras relações internacionais do governo democrático e popular e, por consequência, o relacionamento de uma administração encabeçada por Lula com a República Popular da China.

Este país vem ocupando um papel destacado na economia e no cenário político internacionais e o Brasil poderá e deverá desenvolver com ele importantes projetos de cooperação econômica, científico-tecnológica e, inclusive, iniciativas diplomáticas comuns em busca de uma ordem internacional mais justa. Tal perspectiva não é incompatível com nossa crítica ao sistema político chinês e, em particular, às violações dos direitos humanos, que consideramos como valores permanentes e universais logo essenciais para diplomacia do governo democrático e popular.

Face ao exposto, o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, mandatado pelo Oitavo Encontro, resolve:

Autorizar o estabelecimento de contatos formais da direção nacional do PT com o governo chinês, através de seu corpo diplomático acreditado no Brasil. Mandatar a Secretaria de Relações Internacionais por apresentar a decisão da Comissão Executiva Nacional um projeto de viagem de uma delegação do PT à República Popular da China, encabeçada, preferentemente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

## A discussão do Programa-94

A reunião do DN de 21, 22 e 23 de janeiro deu mais um passo para a definição do ante-projeto de Programa de Governo do PT.

Foram apresentadas ao DN basicamente as partes do programa que tratam das questões políticas gerais — Política, Cidadania e Participação Popular, e Reforma e Democratização do Estado; e de Economia e Sociedade, além de uma Introdução geral ao texto, sobre a crise brasileira, nosso combate às propostas neoliberais, e o projeto alternativo dos trabalhadores.

Foi retomada e ampliada a discussão já realizada sobre estas questões nas Diretrizes, publicadas no BN em novembro.

Segundo João Machado, coordenador adjunto da comissão de programa, um tema chave mais desenvolvido agora é a articulação do programa democrático e popular com os objetivos estratégicos socialistas do PT.

### As polêmicas

Nas questões políticas gerais, há um grande desenvolvimento da proposta de **participação popular**, colocada como um dos eixos essenciais do projeto de programa. Há questões polêmicas no PT em temas como a **Reforma do Sistema de Representação**.

A proposta da Comissão de Programa incluiu, por exemplo, o voto distrital misto — e há muitas posições contrárias.

Mas a maior polêmica ficou, provavelmente, com a questão das Forças Armadas.

As propostas originais do grupo de trabalho que discutiu o assunto, divulgadas parcialmente em entrevista de Cesar Benjamin na **Folha de S. Paulo** em 3 de janeiro, provocaram respostas iradas de muitos petistas.

Algumas das questões mais polêmicas já não foram incluídas na proposta apresentada pela Comissão ao DN. Por exemplo, não

se menciona a possível elevação dos gastos militares de 0,5 para 2% do PIB — fala-se em racionalização dos gastos militares e em aumento das dotações orçamentárias em função do crescimento das receitas, respeitadas as prioridades sociais do governo”.

Na parte econômica, apareceram fundamentalmente duas questões polêmicas no DN: a da dívida externa e a do Programa de Renda Mínima.

### Dívida externa

Quanto à dívida externa, há três posições em debate. Uma propõe uma renegociação global, com auditoria da dívida, tendo a suspensão dos pagamentos como alternativa; a segunda, a que mantém de forma mais direta a posição do PT desde 1989: suspensão dos pagamentos e auditoria; e a terceira, a da criação de condições para o não pagamento da dívida.

### Renda mínima

Com relação ao Programa de Renda Mínima, há duas propostas sendo defendidas no interior do partido: a do Senador Suplicy, que prevê um programa geral, e a desenvolvida inicialmente pelo economista José Márcio Camargo, de um programa de renda mínima vinculado à manutenção de crianças na escola. Foram encaminhadas muitas emendas no DN, a grande maioria reforçando ou desenvolvendo aspectos dos textos. Como no momento da votação das questões polêmicas já não havia quorum no DN, caberá à Comissão Executiva Nacional deliberar sobre como ficará o texto proposto para a discussão no partido — que será divulgado no início de fevereiro. Junto com o ante-projeto de programa, circularão para debate também o texto das **Diretrizes** e um **Manifesto** que apresenta um resumo das propostas básicas do Programa de Governo.

Resolução do Diretório Nacional, de 21, 22 e 23 de janeiro, sobre o Momento Político:

# “Com ladrão, não!”

A CPI não foi até o fim, mas os picaretas  
querem fazer a revisão.  
O PT não vai participar do mérito.



Reunido nos dias 21, 22 e 23 de janeiro de 1994, o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores aprovou a seguinte Resolução sobre a votação das emendas da Revisão Constitucional.

### Contra os interesses nacionais

OPT reafirma sua posição contrária à Revisão Constitucional, verdadeiro golpe contra a democracia, os interesses nacionais e as conquistas sociais. Golpe contra a democracia, porque um Congresso em final de mandato, derrotado em sua tentativa de impor um parlamentarismo conservador, não possui legitimidade para alterar a Constituição. Especialmente através de ritos sumários, impostos por um regimento draconiano que concentra todos os poderes no relator Nelson Jobim, que manipula a seu bel prazer as 18.000 emendas apresentadas pelos parlamentares. Na verdade, cientes de que podem perder as próximas eleições, que consagrarão uma nova correlação de forças no País e no Congresso Nacional, os conservadores tentam retirar da Constituição todos os obstáculos a seu projeto neoliberal, e todos os instrumentos que podem viabilizar a aplicação do programa democrático-popular. Agindo assim, tentam reduzir o impacto da vontade popular.

### Contra as conquistas sociais

A Revisão Constitucional constitui também severo golpe contra os interesses nacionais e as conquistas sociais. Pretende-se acabar com o monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações; os controles sobre o capital estrangeiro; facilitar as privatizações, verdadeiro saque do patrimônio nacional; estabelecer a independência do Banco Central, retirando do Governo

central a capacidade de fazer política monetária; objetiva-se bloquear de maneira definitiva a reforma agrária, “flexibilizar” a legislação trabalhista, reduzir o alcance de previdência social. É inconcebível que, após poucos meses das eleições gerais, que renovarão o Congresso Nacional, se instale uma revisão que pretende alterar a quase totalidade da Constituição, através de votações por maioria simples, num processo controlado autoritariamente pelo relator Nelson Jobim — advogado da Confederação Nacional da Indústria — com prazos de debate e votação que inviabilizam a participação da sociedade civil e dos movimentos sociais. É exemplar o fato de que, durante seus trabalhos, permanecerão fechadas as galerias do Congresso.

### Não anda

Apesar de contar com maioria no Congresso Nacional e apoio quase unânime na mídia, a revisão vem sendo continuamente adiada. Contribuem para isso a oposição

dos contra — PT, PDT, PC do B, PSB, PST-U e a resistência da sociedade civil - CUT, MST, UNE, OAB, ABI, CNBB. Contribuem, também, as divergências internas às elites, tanto as programáticas quanto aquelas que opuseram Inocêncio de Oliveira e Humberto Lucena na disputa pela presidência da Revisão. Some-se a isto a sucessão de escândalos que envolveram o Congresso, como a compra de mandatos dos deputados do PSD e, principalmente, a CPI do Orçamento.

### Tática acertada

Finalmente, a aproximação das eleições, ao mesmo tempo em que amplia a pressão sobre os congressistas, dificulta a obtenção do quorum necessário para votar qualquer emenda (293 votos). Por tudo isso, vem sendo possível adiar a revisão, demonstrando-se acertada a tática obstrucionista adotada pelo PT. Agora, quando mais uma vez as elites concentram todos os seus esforços para iniciar a revisão, o Diretório Nacional do

PT reafirma: a revisão pode e deve ser detida. Não se esgotaram as possibilidades de obstrução e inviabilização de seus trabalhos. É evidente que, neste momento, o principal obstáculo à revisão é o processo de cassação dos envolvidos na máfia do orçamento. Além de esse processo tomar o tempo e a atenção que as elites gostariam de reservar à revisão, a simples participação, no processo revisor, de parlamentares em processo de cassação, é um fator de deslegitimação que não pode ser subestimado.

O PT deve exigir que o Congresso deixe de lado a revisão, concentrando-se na cassação dos corruptos e nos trabalhos das CPIs das empreiteiras e do financiamento eleitoral. Comprometido com a ética na política, o PT recusa-se a participar de um processo revisor comprometido desde sempre, e agora ainda mais, pelos votos de 18 denunciados pela CPI, e outros tantos deputados formalmente sob investigação. Cumpre lembrar que todos esses votos podem decidir temas

cruciais para a Nação, inclusive aprovando casuísmos como os limites da imunidade parlamentar, o direito de reeleição e o fim do prazo de desincompatibilização.

### Não entrar no mérito

Por tudo isso, o Diretório Nacional do PT decide:

- orientar a sua Bancada a manter a obstrução, concentrando todos os seus esforços na instalação das CPIs e na cassação dos corruptos, com destaque para uma **campanha pública pelo voto aberto** no momento de cassar os envolvidos na máfia do orçamento;
- apoiar as iniciativas já adotadas pela Bancada, conjuntamente com outros partidos e entidades, como

a vigília cívica com jejum, a lavagem do Congresso, etc.;  
c) indicar, aos diretórios estaduais, municipais e zonais, bancadas estaduais e municipais, a realização de mobilizações nos Estados;  
d) lançar um Manifesto intitulado “Com Ladrão, não”, de ampla circulação, destacando o conteúdo das mudanças que se pretende realizar através da revisão. Coerente com os objetivos de adiar e inviabilizar a revisão, o DN orienta a Bancada a não participar das votações de mérito na revisão. Tendo em vista a evolução da conjuntura o DN autoriza a CEN a, se necessário, em contato com a Bancada Federal, promover alterações na tática do Partido.

### CUPOM DE ASSINATURA

As resoluções, as análises, os documentos oficiais da direção do Partido dos Trabalhadores. Um instrumento indispensável. Receba em casa a cada quinze dias. É fácil! Basta assinar o Boletim Nacional.

Nome \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_

- Assinatura semestral (12 edições) CR\$ 3.000,00  
 Assinatura anual (24 edições) CR\$ 6.000,00  
**preço válido até 28/02**

## RELACÕES INTERNACIONAIS

## Lições do México



O levante de Chiapas, no México, no mesmo dia em que entrava em vigência o tratado de Livre Comércio (Nafta) com os Estados Unidos e Canadá, representa um duro golpe para a política do presidente Salinas de Gortari. O tratado figura na estratégia do Partido Revolucionário Institucional — há décadas controlando o estado mexicano — como a culminação do ajuste neoliberal iniciado no período de Miguel de La Madrid e completado nos últimos seis anos.

Chiapas é uma das regiões mexicanas mais penalizadas pelo ajuste liberal de Salinas, registrando um crescimento da pobreza absoluta em mais de 40% nos últimos oito anos. A tudo isto somam-se as incertezas em que passou a viver o campesinato após a verdadeira contra-reforma agrária que cancelou as conquistas da revolução mexicana, aprofundadas nos anos 30 durante o governo de Lazaro Cárdenas.

Poucas semanas antes, rebeliões eclodiram em regiões pobres da Argentina. Lá, ainda que em grau menor e distante do ocorrido no México, a fúria popular tinha na sua raiz o processo de pauperização crescente da população, como consequência das políticas macroeconômicas adotadas.

As experiências em curso no México e na Argentina, mas também no Uruguai e no Chile, nos últimos anos, fazem lembrar a história do viajante que, deslumbrado no Oriente Médio com a performance de um camelo — que ficara 40 dias sem comer nem beber —, resolveu, de volta a seu país, aplicar o mesmo tratamento a seu

cavalo. Mas justamente quando o nosso personagem acreditou que o cavalo estava se acostumando com a nova dieta, o animal morreu...

Em outros países, no Brasil particularmente, onde os movimentos sociais, especialmente o operário, emergiram e imprimiram seu selo à democratização, a resistência pôde se constituir e, no bojo dela, criaram-se bases sociais para um projeto alternativo.

Este é, também, o caso do Uruguai, como ficou evidenciado no plebiscito que há cerca de um ano sepultou os projetos privatistas do governo Lacalle. Este é, sem dúvida, o caso da Venezuela, que, através de explosões populares, rejeitou o programa de ajuste de Carlos Andrés Pérez, criou bases sociais para seu **impeachment** e se inclinou eleitoralmente por Caldera (eleito) e Velazquez (Causa R., com grande votação), ambos expressão de oposição ao neoliberalismo.

Agora, a vitrine neoliberal do México, que terá eleições em 94, foi atingida e a máquina no partido-Estado (PRI) não poderá continuar jogando para baixo do tapete todas as consequências sociais de sua política.

Lá, como em muitos outros países do Continente, a existência de novas forças populares criam condições para que a resistência aos projetos insanos de fáceis viagens "para o Primeiro Mundo" não significasse uma simples volta aos velhos programas nacionalistas, desenvolvimentistas, estatistas e autoritários, mas a invenção de um novo projeto nacional de desenvolvimento aberto para o mundo e de forte embasamento popular e democrático.

## FORMAÇÃO POLÍTICA

## Subsídios ao Programa

A Secretaria Nacional de Formação Política promoverá nos dias 25, 26 e 27 de fevereiro, no Instituto Cajamar, um Seminário sobre o Programa de Governo Lula-94. Seu objetivo será o de subsidiar a discussão do Projeto de Programa no conjunto do partido, especialmente nos Encontros Municipais e Zonais.

Os participantes previstos são Secretários e membros dos coletivos de Formação Política dos estados, membros dos Diretórios Regionais e Executivas municipais de capitais e cidades de grande porte, companheiras e companheiros que assumirão a tarefa de

encaminhar a discussão do Programa de Governo nas bases do partido.

O coordenador do Seminário será o companheiro Luiz Sérgio Gomes da Silva.

Deverá ser realizado rateio das despesas de viagem de um representante por estado. As despesas de estadia poderão ser cobertas pela Tesouraria Nacional (dependendo da avaliação financeira que será feita na próxima reunião da CEN).

As incrições poderão ser feitas junto à Secretaria Nacional de Formação Política, preferencialmente até o dia 10 de fevereiro.

## Carta a Fidel

São Paulo, 23 de janeiro de 1994

Presidente Fidel Castro  
República de Cuba

Prezado companheiro:

O companheiro Hilário Marques, prefeito de Quixadá (Ceará) e Membro do Diretório Nacional foi designado como representante do Partido dos Trabalhadores ao 4º Encontro de Solidariedade.

Ele é portador da nossa solidariedade para com o povo de Cuba nesta hora difícil por que atravessa vosso país.

Reiteramos aqui nosso veemente protesto contra o bloqueio a que vem sendo submetido Cuba por parte do governo norte americano. Hoje, como partido de oposição, amanhã, como partido de governo, o PT envidará todos os esforços para plena reintegração de Cuba à comunidade americana e para que seu povo possa seguir o caminho do progresso econômico social e político sem qualquer tipo de constrangimento exterior.

Não poderia concluir essa mensagem de simpatia e de esperança para com Cuba sem mencionar a estranheza que provocou em nosso partido e na sociedade brasileira a viagem do ex-presidente Fernando Collor de Mello que, segundo foi amplamente veiculado, estaria em vosso país a convite do governo

cubano.

Independentemente das posições que este senhor tenha adotado no passado em relação à Cuba e, obviamente, respeitando o direito que tem o governo cubano de convidar quem bem deseje, não podemos ocultar que a presença de Collor em vosso país, a qualquer título que seja, não honra Cuba e sua tradição revolucionária.

Collor de Mello, além de expressão do conservadorismo neoliberal que ajudou a empobrecer o povo brasileiro, foi julgado por crime de responsabilidade pela sociedade brasileira e pelos poderes constituídos.

A presença deste senhor em Cuba confunde a opinião pública brasileira.

Os valores éticos que sempre nortearam a revolução cubana e que seus mais acérrimos inimigos nunca puderam negar, são incompatíveis com a presença deste senhor em vosso país.

Reiterando minha amizade pessoal, nosso apoio combativo e solidário para com Cuba, aproveito esta ocasião para expressar, prezado presidente, toda a minha simpatia.

Luiz Inácio Lula da Silva  
Presidente Nacional do  
Partido dos Trabalhadores

## Anistia aos servidores

Nossa bancada federal comemorou no último dia 12 a aprovação, na Câmara Federal, do projeto que concede anistia aos servidores demitidos durante a reforma administrativa do governo Collor. O PT participou de forma decisiva de todas as etapas da tramitação e aprovação do projeto. A emenda

do Senado, que restringia radicalmente o número de servidores beneficiados, foi rejeitada por 218 deputados (45 a favor e 1 abstenção). Apesar dessa tentativa de reparar uma das injustiças cometidas naquele governo, o projeto depende ainda da sanção presidencial.

## Bancada desmente acordo

Contestamos as matérias de *O Estado de São Paulo* e do *Jornal da Tarde*, publicadas na edição do dia 14 de janeiro, segundo as quais o PT teria feito acordo com o grupo do senador José Sarney para impedir a convocação de seus aliados pela CPI do Orçamento em troca da criação de dificuldades para impedir a instalação da CPI da CUT. Uma vez que o PT não foi ouvido para dar a sua versão a respeito antes da publicação da matéria, vimos afirmar agora, categoricamente: não houve qualquer "acerto" ou com quem quer que seja para isentar ou culpar. O PT não transige em seus princípios. Para nós é princípio fundamental apurar toda a verdade e punir os responsáveis por qualquer ato lesivo aos interesses públicos.

Quando, faltando apenas quatro dias para o encerramento dos trabalhos da CPI, foi sugerida a quebra do sigilo do referido parlamentar (na noite do dia 12/1), a CPI aprovou — inclusive com o apoio do presidente e do relator — o entendimento de que não teria

sentido quebrar o sigilo sem que houvesse tempo hábil para uma investigação minimamente séria. Tal deliberação, que contou sim com o nosso apoio, considerava o fato de que o rastreamento de contas bancárias tem demorado no mínimo 15 dias, além de todas as demais providências que envolvem as investigações da CPI.

Desafiamos o deputado Luiz Salomão, a quem é atribuída a acusação ao PT, a debater franca e democraticamente as nossas divergências. Rebaixar a disputa a intrigas infames, sobretudo no momento grave em que a CPI finaliza seus trabalhos, contribui unicamente para prejudicar as suas conclusões e atingir sua credibilidade.

Se a bancada do PT cometeu erros em sua participação ativa na CPI do Orçamento — alfas, convocada por iniciativa de nosso partido — não foi o da omissão ou conivência com quem quer que seja, mas pela preocupação em se orientar pela transparência, ética e responsabilidade.

## Helvécio Castello no PT

Após discutir a situação de Helvécio Castello, ex-PSDB/ES, cuja recente filiação fora objeto de um recurso, o Diretório Nacional orientou a CEN a nomear, no prazo de uma semana, uma Comissão Especial, com a finalidade de acompanhar o partido naquele Estado, buscando preservar a democracia interna e a unidade partidária. O DN considerou que foram efetivamente feridos procedimentos estatutários e regimentais. Por isso, reconhece a legitimidade do recurso apresentado contra a filiação do

Deputado Federal Helvécio Castello. Não obstante, no espírito da construção partidária, o DN adotou a seguinte nota:

"Na reunião do DN, realizada dias 22 e 23 de janeiro de 1994, foi confirmada a filiação do deputado Helvécio Castello. Em função da avaliação de que suas personalidades públicas não devem ter contenciosos com instituições de crédito oficiais, o novo filiado do partido assumiu o compromisso de resolver a pendência judicial com o Banestes até a data do Encontro Municipal de Vitória."

## SÃO PAULO

## Maluf é o retrocesso

A esse governo que não atende as camadas mais carentes da cidade, o Partido dos Trabalhadores fez oposição sistemática. Um páreo duro para a oposição na Câmara — são 13 vereadores da oposição (11 do PT) contra 42 da situação.

Demonstrando sua inversão de prioridades às avessas, retirou verbas de Transporte, Saúde, Habitação e Educação para empregar nas grandes obras viárias. Nos transportes, a maior cidade da América Latina foi obrigada a se acostumar com a presença insólita de ônibus velhos e inseguros. Maluf autorizou a ação dos clandestinos, acabou com a municipalização, tirou o subsídio e está privatizando a CMTC, resultando em transporte de má qualidade e preços exorbitantes.

A Bancada do PT entrou com representação junto ao Ministério Público para impedir que a municipalização fosse por água abaixo. Brigou contra a privatização, fiscalizando e denunciando o sucateamento da CMTC.

Enquanto a administração petista construiu cinco hospitais (a cidade possui apenas quatro em toda a sua história), o governo malufista, em poucos meses, desativou diversos Pronto Socorros por falta de investimento. A bancada do PT na Câmara fez várias blitz em hospitais, denunciando o mau atendimento na área junto aos meios de comunicação.

Também os sonhos de casa própria com qualidade para os trabalhadores de baixa renda foram des-

feitos pelo prefeito: ele suspendeu o repasse de verbas para a continuidade dos mutirões de moradia impedindo a conclusão de sete mil casas, para 35 mil pessoas. Obviamente Maluf prefere entregar qualquer obra na mão de empreiteiras — esta é a lógica de sua proposta de verticalização de algumas favelas.

Na educação, as crianças voltaram a comer uma alimentação de péssima qualidade e os adultos foram privados de se alfabetizarem com as dificuldades criadas para o funcionamento do Mova. Os profissionais da Educação também foram golpeados quando viram o Estatuto do Magistério ser totalmente desfigurado por um novo projeto do prefeito, que recebeu votação contrária apenas dos vereadores petistas.

Foram inúmeras as representações de nossos vereadores como, por exemplo, o pedido de CPI para o Caso Pau Brasil — conseguimos, em novembro, as assinaturas necessárias para o pedido fosse à votação; esta ainda não se realizou — e de apuração de responsabilidades pela cratera formada na Avenida Juscelino Kubitschek. O movimento popular também não tardou a se manifestar e contou com todo o apoio do partido. Um exemplo foi o protesto realizado pela União dos Movimentos de Moradia, em outubro, que acampou, por três dias em frente à Prefeitura, exigindo a liberação de verbas para os mutirões. Uma parte das verbas foi liberada.

## Inédito

Um fato inédito na história do partido: a filiação de um deputado estadual, ex-PFL, aos quadros petistas. Humberto Aidar deixa o PFL para ser o quarto deputado da bancada petista na Assembléia Legislativa de Goiás. Ele vem com o apoio de Lula e do prefeito Darci Accorsi. A aproximação aconteceu ao longo da campanha de Accorsi para a prefeitura de Goiânia.

## Laranja não

Eduardo Jorge desmentiu a matéria "Laranjas do PT na revisão", publicada no *JB* (19/01): "não é verdade que eu tenha recorrido ao deputado Sergio Arouca para apresentar emendas à revisão." Ele esclareceu que o que existe em seu nome são propostas de emendas constitucionais anteriores à revisão, que foram automaticamente incorporadas ao processo.

## LAGOA DA PRATA

# Quem manda na prefeitura?

Lagoa da Prata — município mineiro com 39.580 habitantes, base econômica na agroindústria e caracterizado pelos conflitos de terra — conheceu, em 93, o modo petista de governar. Lá, a prefeitura petista está corroendo as bases da direita.

Ao longo da história do município, a prefeitura serviu como canal para clientelismo e privilégios à elite local, que nela se revezava. A eleição de José Ribeiro pôs um fim a esta prática. Foi o bastante para que os adversários políticos descarregassem munição contra a Administração Municipal. Inviabilizar o governo obstruindo a execução de projetos e obras de clara utilidade pública — que aumentariam a aceitação popular da administração — é o principal objetivo dos adversários que têm, como fórum de representação, um grupo de vereadores coligados com seus interesses.

A principal investida da direita foi contra o projeto do executivo que solicitava suplementação orçamen-



tária. O episódio movimentou a opinião pública da região e por pouco não comprometeu o pagamento dos servidores. A direita também descarregou baterias na tentativa de derrubar o projeto de realização de concurso público — que regularizou a situação de muitos servidores. Mais recentemente, bombardeou o projeto que

propunha aumento (com percentual irrisório) da taxa de iluminação pública nas contas da Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais). O Objetivo deste era ampliar a rede elétrica para que atingisse a 100% da população do município. Outro aspecto importante do projeto era o de aumentar a autonomia financeira do município em relação aos governos estadual e federal.

### Credibilidade

Mesmo enfrentando essa artilharia pesada, a administração municipal

conseguiu vencer muitos desafios: extensão da coleta de lixo a 100% do município, realização de concurso público, melhoria de 150 km de estradas rurais, implantação da farmácia municipal, extensão de 15 km de rede de água e esgoto, obras de posteamento que levarão, ainda este mês, energia elétrica para mais 3 mil pessoas etc.

Dentre os avanços conquistados para a área social merecem destaque a implantação do Programa de Refeição Comunitária, que atende diariamente 500 pessoas, construção de 60 casas populares através de mutirão e a implantação do projeto de atendimento às crianças de 6 a 12 anos — cerca 100 crianças foram tiradas das ruas. Os investimentos na educação podem ser conferidos pelo balanço do ano letivo: a evasão caiu de 50% para 10% e a repetência na primeira série caiu de 70% para 30%.

O resultado da inversão de prioridades foi o crescimento da credibilidade junto à população. Credibilidade que foi posta à prova com a campanha de quitação da dívida ativa. Mais de 70% dos municípios em dívida quitaram ou negociavam impostos atrasados com a prefeitura.

## RIBEIRÃO PRETO

### Novo conceito em transporte

A Empresa de Transporte Urbano de Ribeirão Preto (SP) — Transerp — estará colocando em funcionamento, ainda no primeiro semestre deste ano, um sistema de transporte coletivo inovador, já testado e aprovado por 3 mil usuários da cidade: o Sistema de Integração Pontual.

Ele responde às principais necessidades dos usuários que são: economia, menor tempo de espera e acesso mais fácil a qualquer ponto da cidade, através da racionalização dos percursos.

Com o SIP, o passageiro vindo de qualquer ponto da cidade, não vai mais precisar entrar em um terminal para fazer a integração. Os ônibus serão dotados de catracas eletrônicas e o usuário

terá um cartão pontual. Com ele terá direito a um número determinado de viagens. Cada viagem permitirá a utilização de dois ônibus num período máximo de duas horas. Sabendo o momento em que começou a usar o cartão, o passageiro poderá controlar o seu tempo.

Além da preparação desse novo sistema, a Transerp conseguiu reduzir o preço médio da tarifa em relação ao ano passado. Em 93 foram transportados 10.715.807 passageiros, implantadas cinco novas linhas e fornecidos 22 mil passes escolares e 12 mil passes para idosos. A média das tarifas, que em 92 foi de 31 centavos de dólar, baixou em 93 para 25 centavos de dólar.

## MONTE ALTO

### Acima da Inflação

No dia 21 deste mês o prefeito de Monte Alto (SP), Donizete Sartor, e o Sindicato dos Servidores Públicos acertaram um aumento para a categoria de 45% sobre o salário de dezembro. Este aumento eleva o piso de janeiro para CR\$ 48.635,97. Com o reajuste de quase 7% acima da inflação de janeiro, os servidores acumularam, no primeiro ano da administração petistas, aumentos da ordem de 3.141,85% (a inflação ficou na casa

dos 2.741% — índice da poupança).

Os esforços da prefeitura para com os servidores vão desde a recuperação dos salários até o aprimoramento profissional, tendo para isso um completo projeto de atendimento ao funcionalismo. Ainda este ano, Sartor pretende implementar a cesta básica e criar o Programa Educacional para jovens e adultos, visando erradicar o analfabetismo entre os servidores.